



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A FORÇA DE TRABALHO (PORTARIA TRE/SP Nº 179/2022)	
Data e hora:	25/11/22 às 14h00
Local:	Plataforma de videoconferência Zoom
Participantes:	Leandro Hiroto Tamashiro, Priscilla Carmo Lima Rico Madureira, Julia Balbi Albertin, Tais Araujo Nascimento, Ana Maria Suares Rocha, Rosane Cristina da Silva, Pedro Crespo Corrêa, Maria Susana Aneiros Gene, Andresa Machado de Oliveira Leite e Rafael Neves Coelho
Objetivos da reunião	- Discussão sobre o projeto do cartório virtual

Nº	Tópico	Resumo da discussão
1	Abertura	O Coordenador Leandro abriu a reunião falando da importância da comunicação com as ZEs por meio do CRCE e respectiva coleta de sugestões. Pediu pra Priscilla verificar se não seria possível

		que as discussões que estão acontecendo no âmbito das Corregedorias fossem divulgadas junto aos cartórios. Também pediu para esclarecer sobre as orientações do CNJ sobre o balcão virtual.
2	Considerações gerais	Sobre a biometria, Priscilla disse que está sendo finalizado o acordo com o IIRGD em SP – a expectativa é que 90% da biometria esteja resolvida. A biometria, desta forma, seria muito pontual. Leandro ressaltou que a formalização deste convênio com o IIRGD é uma das premissas da Comissão – o convênio é imprescindível para que possamos lidar com o déficit da força de trabalho. Sobre o balcão virtual, Priscilla esclareceu que cada ZE precisa ter o seu por orientação do CNJ. Leandro pediu para o Pedro, Rosane e Ana Maria para falarem de sua experiência com o balcão virtual. Foi mencionado que o movimento é muito baixo em várias ZEs, embora na 1ª ZE ele faça todo sentido. Em face do pedido de algumas ZEs de que os servidores que estão chegando na Secretaria componham os cartórios virtuais, Leandro explicou que a Secretaria precisava de uma nova estrutura para se adequar às novas demandas. Foi consenso que a comunicação entre as ZEs e Secretaria precisa melhorar muito. Julia sugeriu que talvez pudesse ser feita uma apresentação para as ZEs do porquê de cada mudança feita na Secretaria. Ana Maria trouxe a importância de permitir aos cartórios a participação e informou que essa tem sido a forma de trabalho do atual Conselho; a possibilidade de ser ouvido traz a sensação de pertencimento, importantíssima para gerar engajamento entre os servidores. Priscila pontuou que a experiência da CRE no sentido da desburocratização do trabalho pode auxiliar bastante na melhoria da comunicação. Após discussões, foi levantada a ideia de realização de workshops sobre temas de interesses para as ZEs no segundo semestre de 2023. Rosane se propôs a começar o planejamento, independentemente de ter recurso orçamentário ou não na época. Taís ressaltou a importância de que as ZEs deem mais feedback dos eventos e de sugerirem mais pautas para o jornalismo. Rosane mencionou que sempre sugeriu pautas e nunca foi atendida. Julia sugeriu que consultemos os Cartórios sobre temas de interesse para os workshops. Taís e Priscila sugeriram que o evento Avaliação de Eleições já poderia ser feito num formato mais participativo. Taís sugeriu inclusive a realização de eventos por Núcleo. Rosane trouxe a informação de que isso foi levado ao DG antes da pandemia, mas que havia a dificuldade de que os cartórios do mesmo núcleo não estão na mesma região territorial. Sobre os temas para os workshops, alguns sugeridos foram: comunicação, gestão de conflitos, liderança híbrida, delegação, produtividade, planejamento, feedback, oratória voltada para a organização de apresentações.

3	Discussão sobre o projeto piloto do cartório virtual e o futuro cartório virtual	Sobre os cartórios virtuais, ficou acordado que o piloto abará prestação de contas no judicial e título net e registro de multas no administrativo. O período será fevereiro, março e abril (90 dias). Sobre a seleção da equipe do piloto ficou acordado que haverá processo seletivo e meta para os participantes para avaliação da produtividade. Para o piloto também ficou acertado que será lotação provisória e que se algum chefe quisesse participar, deveria abrir mão da chefia no período. Ficou acordado que serão 4 servidores(as) para a área judicial e 2 para a área administrativa. Na área administrativa irá englobar diversas ZEs, uma vez que o estoque não está muito elevado no ELO. Rosane sugeriu que, assim que escolhermos as zonas envolvidas, façamos reuniões com os chefes, a fim de alinhar as expectativas. Ana Maria sugeriu a utilização de relatórios objetivos para a escolha das zonas envolvidas, a fim de evitar discussões. Foi pontuada a importância de que os(as) servidores(as) devem ter intimidade com a tecnologia e ter experiência em título net, seja por lotação em cartório, seja por participação em força-tarefa. Susana sugeriu que sejam discutidos os critérios para a seleção dos servidores que vão para o piloto – experiência; anuência da chefia; dedicação exclusiva ou não; critérios de desempate, etc. Priscila pediu para que Susana traga o que foi definido na força-tarefa das contas eleitorais, a fim de aproveitarmos as ideias ali empregadas. Susana e Rafael trarão suas ideias para o grupo. Rosane ressalta a necessidade de que a anuência da chefia seja um dos critérios de seleção.
4	Providências necessárias antes da próxima reunião	Acordou-se que a Priscilla irá pesquisar com outros Regionais sobre o lançamento do ASE 337 na Secretaria e a participação da Coordenadora Maria Silvia na próxima reunião. Rosane e Pedro combinaram de colocar os fluxos de trabalho no grupo para a análise da Taís. As discussões também ocorrerão no grupo de WhatsApp com abertura de votação, a fim de acelerarmos as deliberações. A próxima reunião ficou agendada para dia 1/12 às 14h.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESA MACHADO DE OLIVEIRA LEITE, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 25/11/2022, às 17:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CRESPO CORRÊA, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 28/11/2022, às 12:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO HIROTO TAMASHIRO, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 30/11/2022, às 14:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA MARIA SUARES ROCHA, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 01/12/2022, às 10:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA SUSANA ANEIROS GENE, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 09/12/2022, às 20:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIA BALBI ALBERTIN, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 14/12/2022, às 20:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TAIS ARAUJO NASCIMENTO, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 17/01/2023, às 12:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA CARMO LIMA RICO MADUREIRA, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 17/02/2023, às 15:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE CRISTINA DA SILVA, ANALISTA JUDICIÁRIA**, em 27/02/2023, às 20:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-sp.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4118541** e o código CRC **D2EB451E**.